

*Qual o nome da rua? A mudança dos nomes dos logradouros
no Centro de Fortaleza (1810-1933)*

*Quel est le nom de la rue? Modification des noms des lieux
publics du Centre de Fortaleza (1810-1933)*

*Whats is the street name? Changing the names of public
places in the Center of Fortaleza (1810-1933)*

Gleilson Angelo da Silva
Universidade Federal do Ceará - UFC
angelosilva002@gmail.com

José Borzacchiello da Silva
Universidade Federal do Ceará - UFC
borzajose@gmail.com

Resumo

Os logradouros fazem parte da morfologia urbana, sobretudo nas metrópoles. Fortaleza se insere neste contexto, a partir do bairro Centro e seu conjunto de logradouros, que reflete a Geografia e a História da capital que passou por profundas transformações observadas até hoje tanto pelo seu traçado quanto pelos nomes de ruas, avenidas, becos, travessas e praças. Partindo de 1810, quando houve o primeiro levantamento de ruas, até a década de 1930, muitas foram as transformações que os logradouros passaram tanto em sua forma física (traçado) quanto simbólica, resultando numa miscelânea toponímica. O estudo do Espaço urbano, juntamente com a Toponímia, enfatizou alguns processos que fizeram da vila de Fortaleza a metrópole no século XX e estes vestígios estão presentes nas nomenclaturas que ainda permanecem. A partir de leis, crônicas e livros, foi possível redescobrir nomes que foram substituídos e, aliada à geografia histórica, viabilizou-se a elaboração de quadros e materiais cartográficos. Assim, os nomes dos logradouros não só refletem os processos políticos, econômicos e sociais da cidade como são a materialização destes.

Palavras-chave: Espaço; Toponímia; Rua; Lugar.

Abstract

Streets are part of the urban morphology, especially in metropolises. Fortaleza is inserted in this context, starting from the Centro neighborhood and its set of public places, which reflects the Geography and History of the capital that underwent profound transformations observed until today both by its layout and by the names of streets, avenues, alleys, lanes and squares. Starting in 1810, when there was the first

survey of streets, until the 1930s, many were the transformations that the streets underwent both in their physical form (tracing) and symbolically, resulting in a toponymic hodgepodge. The study of urban space, along with toponymy, emphasized some processes that made the town of Fortaleza a metropolis in the 20th century and these traces are present in the nomenclatures that still remain. From laws, chronicles and books, it was possible to rediscover names that were replaced and, allied to historical geography, the elaboration of charts and cartographic materials was possible. Thus, the names of public spaces not only reflect the political, economic and social processes of the city, but are their materialization.

Keywords: Space; Toponymy; Street; Place.

Resumé

Les rues font partie de la morphologie urbaine, notamment dans les métropoles. Fortaleza s'insère dans ce contexte, à partir du quartier Centro et de son ensemble de places publiques, qui reflète la Géographie et l'Histoire de la capitale qui a subi de profondes transformations observées jusqu'à aujourd'hui tant par son tracé que par les noms des rues, avenues, ruelles, ruelles et places. A partir de 1810, date du premier relevé des rues, jusqu'aux années 1930, nombreuses sont les transformations que subissent les lieux publics tant dans leur forme physique (tracé) que symboliquement, aboutissant à un méli-mélo toponymique. L'étude de l'espace urbain, ainsi que la toponymie, ont mis en évidence certains processus qui ont fait de la ville de Fortaleza une métropole au XXe siècle et ces traces sont présentes dans les nomenclatures qui subsistent encore. À partir des lois, des chroniques et des livres, il a été possible de retrouver des noms remplacés et, allié à la géographie historique, l'élaboration de cartes et de documents cartographiques a été possible. Ainsi, les noms des espaces publics ne reflètent pas seulement les processus politiques, économiques et sociaux de la ville, mais sont leur matérialisation.

Mots-clés: Space; Toponymie; Rue; Lieux.

Introdução

Os logradouros, sobretudo as ruas e avenidas, funcionam como artérias e viabilizam o fluxo de pessoas e informações nas cidades, tornando-se importantes ferramentas na dinâmica urbana, mas também na sua morfologia, uma vez que, algumas delas são conhecidas tanto pelo traçado característico como pela denominação ou acontecimento marcante ocorrido em determinado lugar. Silva (2019) aponta que dentre os mais variados logradouros existentes os mais pertinentes e numerosos são: a rua, a avenida (como já mencionados) e a praça. Embora, haja variações no que diz respeito ao conceito de cada um deles é necessário compreender a sua importância não somente enquanto via, mas frutos de intensas e profundas transformações no tecido urbano ao longo do tempo.

Seemann (2005), afirma que as mudanças nos logradouros partem de uma construção social, histórica e isto está ligado diretamente ao processo de colonização influenciando não somente na arquitetura como nos hábitos e na formação de nomes. Os nomes portugueses, de suas vilas e distritos, serviram como inspiração para a denominação de muitas cidades brasileiras até mesmo a variação nos tipos de logradouros que foram incorporados (aos poucos) ao traçado das vilas e fazem parte hoje da malha urbana.

Os logradouros fizeram e ainda fazem parte da história das cidades e exprimem marcas no espaço a partir do modo como são planejadas (ou não) e os nomes acompanham estas transformações. Gomes (2017, p. 99) aponta que “é incontestável o fato de que a definição de um nome para logradouro público [...] constitui-se em homenagem ou reconhecimento de pessoas ou fatos importantes para aquela sociedade”. Para isto, além de compreender como o espaço urbano foi transformado é necessário compreender o momento em que ele foi modificado, de modo que, ele está atrelado direta ou indiretamente aos processos internos e externos e alguns fatores contribuíram para o estabelecimento de determinados tipos de nomenclaturas. Rego e Meneguetti (2011, p. 124) explicam que “o estudo do meio físico da forma urbana, dos processos e das pessoas que o formataram contribuíram para o entendimento do planejamento das cidades”. Assim, entender estes processos é fundamental para o observar o presente e compreender o passado.

O Centro de Fortaleza se constitui em uma expressiva dinamicidade desde os primórdios da capital alencarina, resultado das transformações ocorridas, e o conjunto de edificações que auxiliam no entendimento do seu espaço urbano e da sua metropolização. A concentração de serviços (sejam eles especializados ou diversos), comércio e muitos equipamentos enfatizam sua centralidade onde outrora foi a própria Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (SILVA, 2001).

Paralelamente aos processos que influenciaram na formação do espaço urbano da capital, ocorre a compreensão da formação de nomes e o conjunto toponímico perpassa pela construção política, histórica e socioeconômica de cada lugar. Desta forma, enriquece o vocabulário e permite, quando há uma variação de nomenclaturas, uma maior diversidade. Dick (2001, p. 80-81) explica que “a apreensão do objeto no espaço, conhecimento e percepção de seus detalhes [...], representatividades linguísticas percebidas, ou seja, o uso do código e significação, manifestação denominativa” constituem elementos essenciais para entender a relação entre o lugar e o nome.

Não somente relacionar cada logradouro ao tipo de topônimo pertencente, mas averiguar como ele se formou e porque houve esta mudança consiste no exercício de apreensão dos fatores que estão ligados diretamente com a formação da cidade e do seu nível de complexidade adquirido a partir de processos que fizeram dela a metrópole dinâmica. Ainda de acordo com Dick (1976), o meio influencia e é influenciado por agentes de diversas origens e intenções e seu resultado é o nome que determinado lugar ou área recebe. Silva (2019) afirma que a mudança nas denominações acontece com diversas intensidades nos mais variados lugares e isto está relacionado à própria formação de cada lugar justificando, assim, determinados tipos de nomes.

Os documentos históricos foram essenciais para a compreensão da Fortaleza do passado que só existe em crônicas e memórias de jornais, atas, leis e demais elementos que registraram algumas das transformações, enquanto que, uma outra parte da memória pode ter sido perdida ou presente somente na oralidade. De todo modo, a memória presente nestes documentos revelou importantes acontecimentos dos últimos duzentos anos e serviram como norteadores para a construção de quadros cruzando dados e materiais

cartográficos. Desta forma, o recorte temporal apresentado consiste entre 1810 e 1933, fazendo um paralelo com 2019, relacionando antigas e novas formas a partir do presente, reconstruindo uma parte de passado como uma forma de compreender os elementos que fizeram parte do processo de desenvolvimento da cidade e contribuíram para a sua urbanização. Portanto, há uma correlação entre elementos da Geografia e da Toponímia analisados a partir dos logradouros do Centro acompanhando, também, a transformação da morfologia urbana desta área da cidade.

A Toponímia, os logradouros e o Centro de Fortaleza

A relação entre a ação humana e os nomes dos lugares está interligada e seus estudos revelam os processos pelo qual não somente um vilarejo passou, mas explica os modos e hábitos de determinada sociedade por meio da linguagem. No Brasil, o vocabulário existente possui resquícios dos colonizadores e dos indígenas que habitavam estas terras antes da chegada dos estrangeiros. A Toponímia, de acordo com Faggion e Misturini (2014), é a ciência que estuda o nome dos lugares, faz parte da Onomástica (ciência dos nomes) e está contida na lexicografia. Seus estudos foram iniciados ainda no final do século XIX na Europa, sobretudo na França, mas chega ao Brasil no século seguinte. Vincent (1947, p. 4) explicita que

Nós chamamos Toponímia a ciência que estuda os nomes dos lugares. Sua finalidade é de apreender suas formas modernas e antigas, de refazer e de explicar sua história, de reconstituir sua forma original; de determinar o sentido desta. Ela visa extrair estes nomes das indicações sobre a história dos lugares que eles designam. Sobre os homens que os determinam, seus nomes, suas línguas, suas atividades, suas instituições, suas crenças.

Assim, o estudo da Toponímia permite compreender a origem dos nomes dos lugares por meio da linguística e, juntamente com outras áreas do conhecimento, tais como Antropologia, Geografia, História, Sociologia, dentre outras, entender as motivações e intenções por trás destas nomenclaturas. Sapir (1921) afirma que a linguagem é repleta de símbolos e significados que envolve elementos pertinentes ao espaço no qual ela está inserida e se modifica à medida em que passa por transformações, sejam elas de ordem física: hidrografia, clima, vegetação, quanto as de ordem humana: acontecimentos históricos, culturas, hábitos, dentre outros.

A partir dos estudos ao longo do tempo e da variação linguística que o Brasil possui, vários foram os autores e autoras que contribuíram para o estudo da Toponímia como O tupi na geografia nacional, de Theodoro Sampaio (1901), Contribuição do Bororo à toponímia brasílica, de Carlos Drumond (1965) e Toponímia e Antroponímia no Brasil, de Maria Vicentina Dick (1990b). Esta última, apresenta dois quadros taxonômicos com a natureza dos topônimos e revela os radicais e designações que norteiam as pesquisas sob esta perspectiva para compreender a formação do nome dos lugares. O quadro 1 apresenta algumas das taxonomias que Dick (1990b) elencou a partir de dois elementos (natureza física e antropocultural).

Quadro 1: Taxonomias de natureza física.

TAXONOMIA	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
Astrotopônimos	Relativos aos corpos celestes em geral.	Cruzeiro do Sul-AC; Estrela de Alagoas-AL; Cosmorama-SP.
Cardinotopônimos	Relativos às posições geográficas em geral.	Atalaia do Norte-AM; Bom Jesus do Norte-ES; Goianorte-TO; Meridiano-SP; Oriente-SP.
Cromotopônimos	Relativos à escala cromática.	Rio Preto da Eva-AM; Águas Vermelhas-MG; Floresta Azul-BA; Dourado-SP.
Dimensiotopônimos	Relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, etc.	Barra Funda-RS; Barro Alto-BA; Ibateguara-AL; Alto Rio Novo-ES; Ilha Comprida-SP; Iguaba Grande-RJ.
Fitotopônimos	Relativos à índole vegetal.	Murici dos Portelas-PI; Arvorezinha-RS; Cipó-BA; Coqueiro Seco-AL; Laranja da Terra-ES; Axixá do Tocantins-TO.
Hidrotopônimos	Resultante de acidentes hidrográficos em geral.	Cachoeirinha-RS; Água Fria-BA; Olho D'Água Grande-AL; Rio Bananal-ES; Barra do Turvo-SP; Rio Crespo-RO.
Litotopônimos	Topônimo de índole mineral, relativos também à constituição do solo.	Cristais-MG; Hulha Negra-RS; Lajeado-TO; Areias-SP; Laje do Muriaé-RJ.
Zootopônimos	Relativo à índole animal.	Anta Gorda-RS; Andorinha-BA; Jaú do Tocantins-TO; Ariranha-SP.

Fonte: Dick (1990b), adaptado pelo autor.

Ao todo, são onze taxonomias de natureza física e dezesseis de natureza antropocultural. Os elementos físicos, principalmente no âmbito geográfico, foram os primeiros a serem utilizados para a formação dos nomes de lugares, uma vez que, o ambiente natural apresentava elementos suficientes para caracterizá-los: rios, montanhas, cachoeiras, fauna e flora, fazendo com que os grupos que passaram e exploraram as terras utilizassem como uma espécie de norteamento. Lembrando que este tipo de referência já era utilizado pelos indígenas que nomeavam os lugares a partir das suas características naturais em suas respectivas línguas e, depois, foram incorporados pelos estrangeiros.

Muitas destas heranças continuam presentes nas cidades cearenses tanto pela menção às formações geológicas e geomorfológicas, fauna, flora, como pelos hábitos e costumes tão comuns à cultura local. Aratuba, por exemplo, é um município cuja origem do termo vem do tupi sendo a junção de dois termos: gûyrá (pássaros) e tyba (abundância) (BATISTA, 2011). Diêgues Júnior (1960) explicita que em várias regiões do país o processo de denominação ocorre de forma diferente, pois cada uma delas foi desenvolvida de formas diferentes e tiveram contato com povos diferentes e, conseqüentemente o vocabulário variou de acordo com o nível de interação, ou seja, as culturas indígenas, europeias e africanas variaram no território e o conjunto toponímico resultante é o retrato dos níveis de interação em determinados graus.

Além das taxonomias de natureza física, Dick (1990b) também elaborou um quadro de taxonomias relativo ao aspecto antropocultural (quadro 2), ou seja, envolve não somente os elementos físicos, mas os socioculturais também que, muitas vezes, são alterados devido ao processo pelo qual as sociedades passaram e se relacionam com o próprio espaço.

Quadro 2: Taxonomias de natureza antropocultural.

TAXONOMIA	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
Animotopônimos	Relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamenta não pertence à cultura física.	Paraíso das Águas-MS; Encantado-RS; Bonito-BA; Feliz Deserto-AL; Alegre-ES; Esperantina-TO; Boa Esperança do Sul-SP; Bom Jardim-RJ; Bela Vista do Toldo-SC; Descanso-SC.
Antropotopônimos	Relativos aos nomes próprios individuais: prenomes, hipocóricos, prenome + alcunha, apelidos de família e prenome + apelido de família).	Bueno Brandão-MG; Aurelino Leal-BA; Anchieta-ES; Fátima-TO; Paulo de Faria-SP; Costa Marques-RO; Mendes-RJ.

TAXONOMIA	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
Axiotopônimos	Relativos aos títulos e dignidade de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais.	Marechal Thaumaturgo-AC; Conde-BA; Governador Lindemberg-ES; Princesa-SC.
Corotopônimos	Relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.	Filadélfia-BA; Viçosa-AL; Colômbia-SP; Nantes-SP; Grão Pará-SC; Monte Carlo-SC; Orleans-SC.
Hierotopônimos	Relativo aos nomes sagrados de diferentes crenças, efemérides religiosas; associações religiosas; locais de culto. Os hierotopônimos subdividem-se em: I. Hagiotopônimos: relativo aos santos e santas do hagiológico romano; II. Mitotopônimos: relativo às entidades mitológicas.	Santa Izabel do Pará-PA; Sagrada Família-RS; São Luís do Quitunde-AL; São Gabriel da Palha-ES; São Salvador do Tocantins-TO; Espírito Santo do Pinhal-SP; Tupã-SP; Urânia-SP; São Miguel do Guaporé-RO; São Francisco de Itabapoana-RJ; Santa Terezinha do Progresso-SC.
Historiotopônimos	Relativos aos movimentos de cunho histórico e social.	Dezesseis de Novembro-RS; Batalha-AL; Centenário-TO; Treze de Maio-SC.
Sociotopônimos	Relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade.	Salinópolis-PA; Porto Real do Colégio-AL; Estiva Gerbi-SP; Vinhedo-SP; Porto Real-RJ; Agronômica-SC; Zortéa-SC.

Fonte: Dick (1990b), adaptado pelo autor.

O quadro 2 apresenta uma variação maior de topônimos se comparado ao quadro 1, embora não haja menção a todos¹, é perceptível uma relação maior referente ao

¹ Além dos topônimos mencionados, há ainda: Geomorfotopônimos, Meteorotopônimos e Morfotopônimos (referentes ao quadro 1) e Cronotopônimos, Ecotopônimos, Ergotopônimos, Etnotopônimos, Dirrematopônimos, Hodotopônimos, Numerotopônimos, Poliotopônimos e Somatopônimos (referentes ao quadro 2). Ver lista completa em Dick (1990b).

sociocultural e psíquico dos indivíduos que permeia a sua relação com o espaço e, sobretudo, a sua leitura sobre o ambiente no qual está inserido. Ao enumerar os nomes de lugares independentemente da sua escala percebe-se alterações (com maior ou menor intensidade) que devem ser consideradas, uma vez que, inúmeros questionamentos são levantados acerca destas mudanças e são fundamentais para entender como são formados (aliados aos processos ocorridos ao longo do tempo no lugar). Os questionamentos mais pertinentes estão em como se originou e porque foi alterado, devendo estar atento ao contexto em que estava inserido o lugar quando as transformações ocorreram.

Diêgues Júnior (1960) demonstra que no Nordeste do couro e açucareiro, os topônimos de alguns lugares tiveram uma forte influência das duas culturas (ou um deles em uma determinada intensidade) surgindo nomes como: Gado bravo, Curral de dentro, Cana nova, Engenho novo, vacaria, dentre outros. Dick (2001) complementa esta ideia afirmando que os “lugares identificados com a mesma base ou pela mesma matriz não traduzem igualdade de funções, mas podem significar identidade de valores” (p. 80), ou seja, se há um elemento comum ele será norteador para diversas nomenclaturas e suas variâncias e isso explicaria a semelhança ou até mesmo a duplicidade de um mesmo nome em vários lugares, alguns deles sendo diferenciados a partir da sua localização geográfica: Juazeiro do Norte e Juazeiro; Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, dentre outros.

Quando partimos para a ideia de nomear logradouros, primeiramente temos que entender o conceito de logradouro e quais os tipos existentes. Uma herança portuguesa implantada nas vilas na época do Brasil colônia, as ruas, largos e praças fizeram parte da morfologia e elementos constituintes de uma paisagem juntamente com os principais equipamentos da época, tais como: casas de câmara e cadeia, palacetes do presidente da província, pelourinho, igreja, dentre outros e que serviram também como pontos de referência para nomear as vias existentes.

Sendo imprescindíveis nas grandes cidades, as ruas nem sempre tiveram o tamanho e o formato como conhecemos hoje. Nos primórdios, as vilas brasileiras apresentavam características semelhantes às medievais europeias quanto a sua morfologia (tamanho e largura). Ledrut (1971) demonstra que a organização da cidade reflete o modo como ela foi construída desde o seu núcleo central até a sua expansão e consolidação enquanto metrópole. A perspectiva de espaço público também é fundamental para compreender o papel que os logradouros desempenham enquanto elementos da morfologia urbana, de modo que, segundo Cavalcante (1993), dos mais variados conceitos que possuímos sobre o espaço público é no conceito de rua que encontramos boa parte da consolidação de processos de apropriação e de utilização. Lefèbvre (1999, p. 27) reforça esta ideia quando afirma que “é o lugar (topia) do encontro, possíveis nos lugares determinados e que lugares privilegiados, tais como cafés, teatros, salas diversas, animam a rua e são favorecidos por sua animação”.

O quadro 3 apresenta uma série de logradouros no qual muitos deles foram incorporados às vilas brasileiras e posteriormente às cidades foram adequando estes termos e alterando, de certa forma, o seu conceito.

Quadro 3: Lista de logradouros portugueses.

Logradouro	Conceito
Alameda	Via de circulação com arborização central ou lateral.
Avenida	Espaço urbano público com dimensão (extensão e secção) superior à de rua, que geralmente confina com praça.
Beco	O mesmo que impasse. Constitui uma via urbana sem interseção com outra via.
Calçada	Caminho ou rua empedrada, geralmente muito inclinada.
Caminho	Tal como estrada é o nome genericamente utilizado para denominar todas as faixas de terreno que conduzem de um a outro lugar.
Escadas ou Escadarias	Espaço linear desenvolvido em terreno declivoso, recorrendo ao uso de patamares e/ou degraus de forma a minimizar o esforço físico de percurso.
Estrada	Espaço público, com percurso predominantemente não urbano, que estabelece a ligação com vias urbanas.
Impasse	Rua sem saída.
Ladeira	Caminho inclinado a subir ou descer.
Largo	Espaço urbano que assume a função de nó, de distribuição de tráfego, onde confinam estruturas viárias secundárias de malha urbana. São características do largo a presença de árvores, fontes, cruzeiros e pelourinhos.
Parque	Terreno arborizado ou ajardinado, extenso e geralmente delimitado por muros, sebes ou cercas, onde se podem encontrar um conjunto de instalações diversas, assim como denominação para um conjunto de dispositivos da mesma categoria.
Pátio	Recinto descoberto ou no interior ou terreno murado anexo a um edifício, vestíbulo átrio ou saguão espaçoso.
Praça	Espaço urbano, podendo assumir as mais diversas formas geométricas, que reúne valores simbólicos e artísticos, confinados com edificações de uso público intenso, com predomínio de áreas pavimentadas ou arborizadas, possuindo, em regra, obeliscos, estátuas ou fontes de embelezamento e enquadramento de edifícios.
Rotunda	Praça ou largo, de forma circular, onde desembocam várias ruas e o trânsito se processa em sentido giratório.
Rua	Espaço urbano constituído por, pelo menos, uma faixa de rodagem, faixas laterais de serviço, faixas centrais de atravessamento, passeios e corredores laterais de paragem e estacionamento que assumem as funções de circulação e de estadia de peões, circulação, paragem e estacionamento automóvel, acesso a edifícios, continuidade da malha urbana, suporte de infraestruturas e espaço de observação e orientação, constituindo a mais pequena unidade ou porção de espaço urbano com forma própria e, em regra, delimita quarteirões.

Logradouro	Conceito
Travessa	Espaço urbano público que estabelece o elo de ligação entre duas ou mais vias urbanas.
Vieira	Rua estreita.

Fonte: Prefeitura de Vila Franca de Xira.

O quadro 3 compreende os tipos de logradouros portugueses. Mas, observando o caso das vilas (e depois cidades) brasileiras, alguns destes logradouros caíram em desuso ou simplesmente foram generalizados com a denominação de logradouros públicos sem a devida distinção. Assim sendo, numa determinada cidade, uma via larga pode ser chamada de rua ou alameda (havendo a presença de arborização na lateral ou não) e uma rua mais estreita pode ser chamada de avenida (muitas vezes pelo maior fluxo que as vias paralelas e perpendiculares), enquanto que, em outra cidade, estas mesmas vias podem ser chamadas de rua simplesmente e, assim por diante. Do ponto de vista do planejamento, torna-se complicado estabelecer e padronizar os logradouros quando não há parâmetros que definam e explicitam cada um deles, embora no passado houvesse uma tentativa de regularizar por meio de códigos de obras e posturas determinando a largura e a diferenciação entre eles.

Compreende-se o papel importante que a rua possui não somente do ponto de vista da infraestrutura como também no aspecto simbólico. Alguns autores denotam esta importância: A visão da rua como oposto da casa em Da Matta (1997), enfatizando a divisão entre espaço público e privado. A partir da reforma Haussmanniana o conceito de rua é modificado e as praças e passeios são exaltados. A rua como local de concentração e manifestação de pessoas em Agier (2011) ressalta a relevância das praças e seus monumentos que evocam uma memória da cidade, por exemplo. Desta forma, é perceptível o interesse de vários autores que inserem os logradouros, sobretudo as ruas, em suas obras.

A partir das mudanças estruturais nas cidades, o conceito de logradouro é alterado a partir de seu uso e a introdução de novos elementos é o resultado da dinâmica da própria cidade que, embasado nos conceitos de moderno e modernidade, configuram planos que alteram a morfologia urbana e alteram o sentido de viver a cidade. A avenida é um dos logradouros que ganharam notoriedade a partir do alargamento de ruas e do aumento do tráfego não somente de pessoas como de automóveis. Borde (2016, p. 116) explicita o conceito de avenida como “a concepção relacionada à palavra francesa *avenue*, que remete tanto a l’avenir, o futuro, como a venir, chegar”, ou seja, uma ideia de abertura tanto no sentido físico quanto simbólico. O conceito de *Boulevard* também ganha visibilidade, sobretudo em Paris, tornando-se símbolo de progresso e modernidade sendo reproduzido (guardadas as suas devidas proporções) em outras cidades (PINHEIRO, 2011), inclusive na capital cearense.

No Centro de Fortaleza, é perceptível uma padronização em suas ruas retilíneas e bem distribuídas, uma vez que, a área foi a própria cidade e hoje corresponde a uma parte do bairro, fruto da influência francesa, como já mencionado acima. Por ter abrigado

boa parte da história da cidade, o Centro resguarda em sua morfologia e casarões, marcas de uma época em que Fortaleza estava se desenvolvendo enquanto vila e depois cidade, uma vez que, não era a mais relevante até tornar-se capital e, só posteriormente, consegue sobressair-se perante as demais. Hoje concentra inúmeras funções, mas é no comércio e na especialização em vários setores que desponta e continua exercendo uma forte centralidade.

Aceitar e incorporar esse papel (reflexo e condicionante social) do espaço urbano nos nossos estudos é um passo fundamental para a sua compreensão. É adotar a hipótese básica de Henri Lefêbvre sobre a natureza do espaço urbano. Fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, o espaço urbano é também o lugar onde os diferentes grupos sociais vivem e se reproduzem. Isso envolve, de um lado, o cotidiano e o futuro. De outro, envolve crenças, valores, mitos, utopias, e conflitos criados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial (CORRÊA, 1991, p. 150).

O papel centralizador e articulador do Centro é reforçado a partir de vários serviços e equipamentos: clínicas médicas populares, lojas de variedades, cartórios, sapatarias, relojoarias, bancos, dentre outros. A mobilidade, a partir de linhas de ônibus (municipais e metropolitanas) que possuem seu ponto final em suas praças e ruas, reforçam esta centralidade. Silva (2007) afirma que a intensificação das relações sociais do espaço reflete o papel metropolitano tanto de sua malha viária quanto da movimentação de pessoas intermunicípios. O metrô também constitui papel importante como complemento do transporte coletivo de massa, mas a predominância é dos transportes rodoviários.

A figura 1 apresenta a localização do bairro Centro de do centro histórico em Fortaleza e sua importância dentro do contexto urbano e metropolitano.

A urbanização e a metropolização da capital fizeram com que ela expandisse seus limites alcançando as proporções observadas atualmente. Concomitante a isto, houve também o aumento considerável de sua população e, conseqüentemente, de suas demandas. Mas o Centro continua resguardando marcas do passado que são observadas a partir de seu patrimônio histórico, tais como: o Theatro José de Alencar, o Excelsior Hotel, o Cine teatro São Luiz, a Santa Casa de Misericórdia, a estação das artes, dentre outras. Possui a maior área edificada comercial por m² e a maior detentora de patrimônios tombados a nível municipal, federal e em processo.

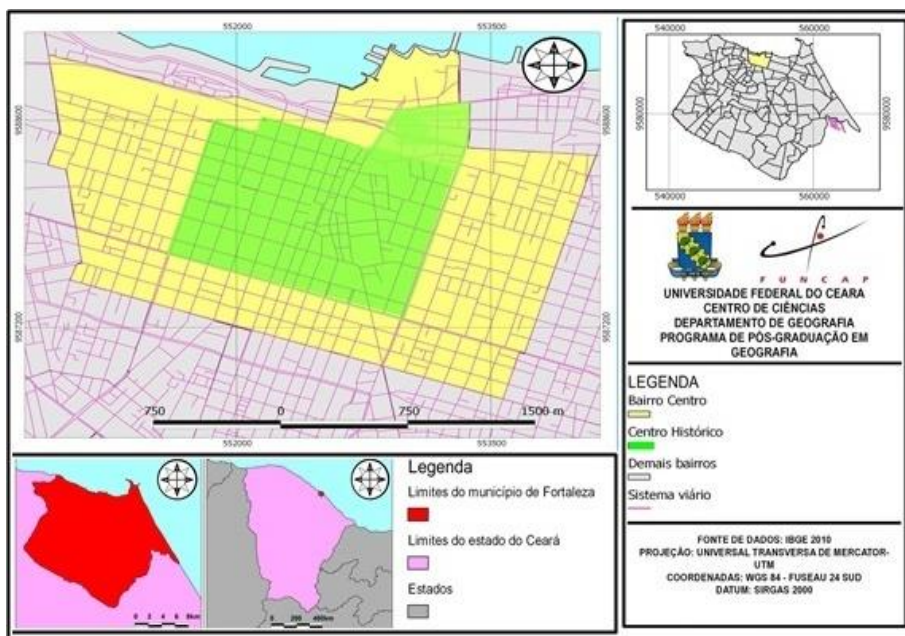


Figura 1: Localização do bairro Centro e do centro histórico de Fortaleza.
Elaborado pelo autor.

A dificuldade de verticalização no Centro é decorrente da sua estrutura fundiária uma vez que, historicamente, o padrão de lote dificulta o erguimento de grandes construções no mesmo terreno. Farias (2008) explicita que a divisão fundiária herdada dos antigos códigos de postura do final do século XIX e início do século XX cuja referência é o casario português, é composto por lotes profundos e estreitos tornando-se um empecilho para erguer um edifício com muitos pavimentos, uma vez que, necessitaria aglutinar dois ou mais terrenos. Assim sendo, seria mais apropriado construí-los em outras áreas da cidade onde o tamanho do quarteirão e dos lotes fossem maior.

1810 – 1933: Os logradouros de lá pra cá...

Para compreender e analisar o Centro de Fortaleza na atualidade é necessário voltar ao passado e (re)construir uma geografia histórica urbana cuja intenção é compreender o espaço num tempo pretérito analisando as transformações considerando as (des)continuidades do processo histórico (MAIA, 2019). Assim, como um quebra-cabeças de processos, fatores e demais elementos, foi possível acompanhar o desenvolvimento de Fortaleza a partir da criação da vila (1726), sua elevação à condição de capital (1799) e à cidade de Fortaleza de Nova Bragança no ano seguinte (CASTRO, 1997).

A partir dos anos de 1810 inicia-se uma série de levantamentos sobre a cidade, pois a mesma não possuía uma infraestrutura adequada para receber os equipamentos

administrativos que a condição de capital lhe exigia. Então, como relata Araripe (1958, p. 75) “o pouco adiantamento que teve a Fortaleza e a falta de pôrto cômodo para abrigo dos navios excitaram por vêzes a ideia de remoção da capital para a vila de Aracati, cujo porto se oferecia mais oportuno”. O descontentamento dos administradores revelou a situação pelo qual Fortaleza se apresentava no momento em que foi elevada à capital, mesmo sem possuir estruturas adequadas às suas funções. Alguns registros cartográficos foram feitos entre 1810 e 1813 e com eles os primeiros levantamentos das denominações dos logradouros existentes que está representado pela reconstituição cartográfica da figura 2.



Figura 2: Disposição dos logradouros de Fortaleza (1810-1813). Fonte: Planta e Porto da Vila de Fortaleza (1817) elaborada por Silva Paulet. Exercício de reconstituição cartográfica.

Fonte: Andrade (2016) e adaptado por Silva (2019).

A partir da figura 2 é possível analisar os principais equipamentos existentes e observar os primeiros logradouros descritos a partir do olhar de quem elaborou os registros, mas também por meio dos viajantes que passaram pela capital durante todo o século XIX. Como não havia um órgão que regulasse os nomes dos logradouros, partia dos próprios moradores essa nomeação surgindo, assim, as primeiras denominações de ruas, travessas e praças. Muitos cronistas e memorialistas também contribuíram para a compreensão desta Fortaleza. Nogueira (1980, p. 33) descreve-a da seguinte forma: “Alguns nomes antigos eram tão naturais e apropriados que, por si mesmos, estavam indicando a sua procedência, tais como Assembleia, Municipalidade, Chafariz, Cajueiro e

Quartel, Praça da Matriz, do Palácio, da Estação, da Misericórdia e da Alfândega”. A partir desta concepção, é possível apreender a relação entre o indivíduo e o espaço de modo que as ações sobre a cidade resultaram na criação de nomenclaturas para os primeiros logradouros, tendo como referência elementos em comum, no caso, as edificações e monumentos existentes, ou seja, como afirma Harvey (2012) o espaço relacional é decorrente direto ou indiretamente dos eventos que ocorreram no tempo e no espaço.

O quartel e a Fortaleza foram fundamentais para o desenvolvimento da cidade que recebeu este nome graças a estes equipamentos e a praça constitui um símbolo do poderio português juntamente com a igreja, sendo as primeiras construções de uma vila partindo delas as primeiras vias. Com os dados levantados a partir do material cartográfico juntamente com as informações coletadas de memorialistas, cronistas, jornalistas por meio de obras e leis da época foi possível criar o quadro 4 relacionando os nomes e tipos de logradouros com a taxonomia apresentada anteriormente e qual a sua denominação atual com o intuito de estabelecer uma relação direta entre a constituição dos nomes e sua relação com o espaço urbano por meio dos processos políticos, econômicos, sociais, culturais, dentre outros.

Quadro 4: Classificação léxico-semântica dos logradouros de Fortaleza 1810-1855.

LOGRADOURO	TOPÔNIMO	TAXONOMIA	ATUAL (2019)
Rua	Direita dos Mercadores	Sociotopônimo	Rua Conde D’Eu e Avenida Sena Madureira
Rua	do Sampaio	Antropônimo	Rua Governador Sampaio
Rua	do Quartel	Sociotopônimo	Rua General Bezerril
Rua	do Rosário	Hagiotopônimo	Rua do Rosário
Beco	das almas	Animotopônimo	Rua São José
Beco	do Inglês (1845)	Etnotônimo	Travessa Crato
Estrada	da Messejana	Corotopônimo	Avenida Visconde do Rio Branco
Estrada	de Arronches	Corotopônimo	Avenida da Universidade
Praça	do Conselho	Sociotopônimo	Praça da Sé
Praça	da Carolina	Antropônimo	Praça Waldemar Falcão
Praça	do Palácio	Sociotopônimo	Praça General Tibúrcio

Fonte: Batista (2011); Dick (1990b); Cunha (1990); Dicionário de ruas de Fortaleza. Elaborado por Silva (2019).

O recorte temporal presente no quadro 4 representa um período em que não houve alteração significativa entre os logradouros, embora alguns deles tenham mudado sua nomenclatura. A primeira coluna especifica o tipo de logradouro e retrata o que seria interpretado como rua, praça e beco, ressaltando que, a imagem destes logradouros deve ser entendida em relação ao tempo o qual foram concebidos e não comparados com os da atualidade. A denominação e a taxonomia referem-se mais a compreensão do que a simples catalogação e classificação, uma vez que, o elenco das personalidades mencionadas está relacionada às políticas vigentes e posteriores.

O processo de urbanização torna-se mais intenso por diversos motivos: o Ceará torna-se o principal produtor de algodão tendo que melhorar o porto de Fortaleza e construir uma estrada de ferro para transportar a produção do interior para o litoral, a regularização de boa parte destas obras a partir do código de obras e posturas, medidas sanitárias a partir da eliminação de focos de doença e a construção de um campo santo (cemitério de São Casemiro - 1849), dentre outras (CASTRO, 2005; CAMPOS, 1988; COSTA, 2017). Em 1856 (figura 3) é confeccionada uma planta, baseada em outra de 1850, no qual aponta um crescimento significativo da cidade se comparado a 1810 e apresenta novos logradouros.

A configuração urbana de Fortaleza pode ser observada a partir do retilíneo de suas ruas e no aparecimento de novas praças (que não existiam no levantamento do início do século). Por meio de um processo de eliminar becos, alargar ruas e prolongar as que já existiam, possibilitaram a expansão dos limites da cidade, assim como a padronização de casarios e também nos hábitos e costumes. Girão (1979, p. 115) descreve a planta de 1856 e detalha os logradouros existentes naquela época.

Aludido desenho mostra-nos que a cidade já se definira integralmente no esquema projetado por Silva Paulet. A rua da Boa Vista (nos sucessivos trechos: rua das Belas, da Pitombeira e da Alegria) aparece retificada, seguida paralelamente, rumo sul, pelas ruas da Palma (Major Facundo), Formosa (Barão do Rio Branco), Amélia (Senador Pompeu), Patrocínio (General Sampaio), esta última apenas esboçada. Cruzando-se perpendicularmente, vêem-se as travessas do Quartel (Dr. João Moreira), das Flores (Castro e Silva), das Hortas (Senador Alencar), das Belas (São Paulo), Municipal (Guilherme Rocha), Formosa (Liberato Barroso), Amélia (Pedro Pereira), Alegria (Pedro I), onde se acabavam as edificações.



ESTRADAS, RUAS, TRAVESSAS E BECOS				
1 - Travessa da Praia	10 - Estrada da Messejana	19 - Rua Formosa	26 - Rua do Chafariz	34 - Travessa das Hortas
2 - Rua do Outeiro	11 - Rua da Cruz Nova	20 - Rua Amélia	27 - Travessa da Conceição	35 - Travessa da Cacimba
3 - Rua das Escadinhas	12 - Rua do Quartel	21 - Rua da Cadeia	28 - Travessa do Quartel	36 - Travessa das Belas
4 - Rua da Palha	13 - Rua do Rosário	22 - Rua do Patrocínio	29 - Travessa da Bica ou Corredor do Bispo	37 - Travessa Municipal
5 - Rua São José	14 - Rua das Belas	23 - Rua do Trilho de Ferro ou da Lagoinha	30 - Travessa da Matriz	38 - Travessa do Rosário
6 - Rua da Ponte	15 - Rua da Pitombeira	24 - Rua da Praia	31 - Travessa das Flores	39 - Travessa do Cajueiro
7 - Rua do Norte	16 - Rua da Alegria	25 - Rua da Praia (antigo Caminho da Praia)	32 - Beco dos Ingleses	40 - Travessa do Pajeú
8 - Rua da Matriz	17 - Rua da Palma		33 - Travessa da Carolina	41 - Travessa Formosa
9 - Rua dos Mercadores	18 - Rua do Fogo			42 - Travessa Amélia
				43 - Travessa da Alegria
LARGOS, PRAÇAS E CAMPOS				
A - Largo da Matriz	D - Praça da Carolina	F - Feira Nova	H - Praça da Boa Vista	J - Praça do Patrocínio
B - Praça da Alfândega	E - Largo ou Pátio do Palácio	G - Largo do Garrote	I - Campo D'Amélia	K - Praça Nova
C - Largo da Fortaleza ou do Paiol				

Figura 3: Logradouros de Fortaleza (1856). Fonte: Planta da cidade de Fortaleza (1856) levantada pelo padre Manuel do Rêgo Medeiros com cópia de Guaraci de Lavôr.

Autor: Andrade (2016) e adaptado por Silva (2019).

A rua do Quartel ou rua Larga, ao lado leste da Carolina, não se achava completamente traçada; e a travessa das Flôres ainda não atingira a Praça da Sé, o que somente se deu em 1859, com o sacrifício da travessa da Matriz.

À direita do Pajeú, o começo da rua do Sampaio, a esse tempo, chamada rua do Norte; e, na praia, algumas construções que formariam as ruas do Chafariz (José Avelino) e da Alfândega (Dragão do Mar).

A partir desta descrição, compreende-se algumas das modificações empregadas a partir dos planos seja na gestão do boticário Ferreira seja nas anteriores, mas que contribuíram para o melhoramento (termo usado juntamente com o de embelezamento que seriam bastante utilizados no último quartel do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX) da cidade. A partir da figura 3 foi elaborado o quadro 5 trazendo as nomenclaturas de alguns logradouros de 1856.

Quadro 5: Classificação léxico-semântica dos logradouros de Fortaleza em 1856.

LOGRADOURO	TOPÔNIMO	TAXONOMIA	ATUAL (2019)
Travessa	da praia	Geomorfotopônimo	Rua Boris
Rua	da palha	Fitotopônimo	Rua Coronel Ferraz
Rua	São José ou da Boa Hora	Hagiotopônimo / Animotopônimo	Rua São José
Rua	da Cadeia	Sociotopônimo	Rua General Sampaio
Travessa	da Conceição	Hagiotopônimo	Rua Tenente Benévolo
Travessa	Amélia	Antropotopônimo	Rua Pedro Pereira
Praça	da Feira Nova	Sociotopônimo e Cronotopônimo	Praça do Ferreira
Praça	do Patrocínio	Hagiotopônimo	Praça José de Alencar
Praça	da Alfândega	Sociotopônimo	Almirante Saldanha
Largo	da Matriz	Hagiotopônimo	Praça da Sé
Largo	do Garrote	Zootopônimo	Praça dos Voluntários

Fonte: Batista (2011); Dick (1990b); Cunha (1990); Dicionário de ruas de Fortaleza. Adaptado por Silva (2019).

Além do aumento no quantitativo de logradouros públicos há também a sua diversificação com o aparecimento de travessas e largos e uma variação nas taxonomias apresentadas, mas também uma diminuição ou quase extinção dos becos que não

aparecem de forma significativa nesta relação. Outro fator relevante nas denominações de 1856 refere-se à diferenciação entre rua e travessa: as ruas possuíam direção norte-sul e as travessas, leste-oeste; desta forma, ficava fácil localizar-se pela cidade somente pelo tipo de logradouro. Ao mesmo passo que a cidade se desenvolvia, as constantes secas traziam migrantes do interior do Ceará em busca de melhores condições, tornando a cidade o principal destino de retirantes que se deslocavam de seu lugar de origem rumo à Fortaleza. Somado a isto, as epidemias que assolavam a capital ceifaram a vida de milhares de pessoas obrigando as autoridades a elaborar políticas médicas baseadas em discursos higienistas baseadas em medidas de isolamento e a construção de abarracamentos ao redor da cidade, por exemplo, como medidas mitigadoras evitando que estas pessoas chegassem à capital (COSTA, 2017).

A chegada de imigrantes fez com que Fortaleza tornasse cada vez mais próxima à Europa, uma vez que, os que chegavam aqui estabeleciam comércios, traziam seus produtos diretamente do outro lado do Atlântico, montavam suas empresas e firmavam negócios ligados aos mais variados setores (linhas de bonde, água, energia, dentre outros). Ingleses, sírios, libaneses, húngaros, portugueses, franceses, dentre outros, constituíram famílias, criaram empresas que até hoje estão ativas e enveredaram para a política tornando-se conhecidos e influentes a nível regional e nacional.

Entre 1875 e 1888, duas plantas de Fortaleza foram confeccionadas por Adolfo Herbster, os quais apareceram logradouros fundamentais para uma nova lógica de cidade a partir da delimitação de seus limites por meio da construção de Boulevards, inspirados na reforma Haussmanniana em Paris no final do século XIX e reproduzido por outras cidades, como fora mencionado anteriormente. Porém, em Fortaleza as avenidas que hoje são grandes vias de circulação impressionavam pela sua largura e canteiro central, mas que não lembravam os boulevards de Haussmann (BRUNO e FARIAS, 2011).

Porém, uma nova lógica empregada em 1890 rompe com toda forma de denominar os logradouros da cidade de Fortaleza (figura 4). Sua alteração decorreu de uma ideologia ligada à república que foi formada um ano antes e, buscando apagar as marcas do império, decidiu enumerar as ruas e travessas da capital baseada no exemplo do *Comissioner's Plan*, implantado no início do século XIX em Nova York, no qual “dividiu Manhattan geometricamente em lotes [...], cortados por 14 avenidas e 172 ruas perpendiculares” (NOLASCO, FREITAS e BATISTA, 2007, p. 49).

Girão (1979, p. 187-188) descreve como este sistema numérico foi implantado em Fortaleza, de modo que, a sua aplicação foi totalmente diferente do intuito empregado no plano de Nova York em 1811.

[...]com a resolução de 29 de outubro de 1890, substituem os vereadores, por números, os nomes das ruas, à moda de Nova York, e trocaram por outros os das praças [...]. Art. 1º - Fica suprimida a denominação existente das ruas da cidade e substituída por numeração, pela forma assim determinada: da Rua Formosa para o nascente tôdas as ruas serão ímpares e para o poente pares; do Boulevard Duque de Caxias para o norte ímpares e para o sul pares, ficando tôdas elas dispostas, no sistema adotado.



Figura 4: Ruas e travessas de Fortaleza (1890). Fonte: Planta da cidade de Fortaleza, capital da Província do Ceará, levantada por Adolpho Herbster (1888).

Autora: Andrade (2012). Adaptado por Silva (2019).

Desta forma, fazendo uma alusão ao novo tipo de governo, os vereadores decidiram substituir os antigos nomes que estavam ligados ao império e, a partir da enumeração das ruas e travessas, faria com que houvesse a possibilidade de elencar novas personalidades para substituir as antigas denominações. A rua Formosa, atual Barão do Rio Branco, tornou-se a rua número 1, pois ela foi a primeira a ser aformoseada na cidade, daí o motivo de receber esta numeração. Partindo dela para o leste, as ruas tiveram números ímpares e à oeste, pares (Figura 4 e quadro 6). O Boulevard do Livramento foi o escolhido para ser o norteador desta nova denominação, sendo as travessas que seguiam para o norte receberiam números ímpares e para o sul, pares. Porém, um ano depois as denominações antigas voltaram a vigorar.

Entre 1890 e 1933 poucas foram as alterações nas denominações dos logradouros e a maioria deles permanece até hoje. A partir da década de 1930, a elite que até então morava no Centro iniciou um processo de deslocamento para bairros que estavam se consolidando e construíram seus palacetes e casarões no Outeiro (hoje Aldeota), Jacarecanga e Benfica. Desta forma, a nomenclatura dos logradouros do Centro permanece intacta desde a chamada Administração revolucionária do major Tibúrcio Cavalcante (que também estabeleceu o tamanho e largura de ruas e calçadas, numeração e nomenclatura das ruas com a fixação de placas de identificação) (FORTALEZA, 1932, n.p.).

Quadro 6: Numeração das vias de Fortaleza em 1890.

LOGRADOURO	ANTERIOR	1890	ATUAL (2019)
Rua	Formosa	Rua 1	Rua Barão do Rio Branco
Rua	do Major Facundo	Rua 3	Rua Major Facundo
Rua	da Boa Vista	Rua 5	Rua Floriano Peixoto
Rua	Senador Pompeu	Rua 2	Rua Senador Pompeu
Rua	da Cadeia e Boulevard Visconde do Cauípe	Rua 4	Rua General Sampaio
Rua	24 de maio	Rua 6	Rua 24 de maio
Boulevard	do Livramento	Travessa 1	Avenida Duque de Caxias
Rua	Tiradentes	Travessa 3	Rua Pedro I
Rua	do Livramento	Travessa 2	Rua Clarindo de Queiroz
Rua	São Sebastião	Travessa 4	Rua Meton de Alencar
Praça	José de Alencar e Capistrano de Abreu	do Mercado Público	Praça Waldemar Falcão
Praça	General Tibúrcio	16 de novembro	Praça General Tibúrcio

Fonte: Batista (2011); Dick (1990b); Cunha (1990); Dicionário de ruas de Fortaleza.
 Elaborado por Silva (2019).

Apesar de haver algumas normas acerca da denominação, somente em 2012 foi aprovada a lei complementar nº 109, contido no Art. 36, Inciso V que regulamenta a denominação de bairros, praças, vias e demais logradouros públicos no município de Fortaleza no qual elenca critérios para a escolha dos nomes que podem ser escolhidos e alguns parágrafos que apontam restrições como no caso de pessoas vivas ou personalidades que não tenham colaborado para o desenvolvimento da cidade e do estado. Desta forma, há uma tentativa de valorização dos nomes locais e regionais como construção de um conjunto toponímico relevante.

Considerações Finais

O artigo propôs analisar a relação direta e indireta entre a formação do espaço urbano no Centro de Fortaleza entre os anos de 1810 e 1933 com base em 2019 e os nomes dos logradouros presentes, perpassando por processos históricos, geográficos, políticos, econômicos, dentre outros. Observou que o levantamento feito a partir de planos de expansão, urbanismo e melhorias juntamente com informações obtidas por obras publicadas de cronistas e memorialistas, assim como as atas da Câmara Municipal e códigos de obras e posturas permitiu o cruzamento de dados e a construção de quadros que demonstrassem a classificação taxonômica relacionada com a época em que foram denominadas.

Observou-se que as mudanças ocorridas durante todo o século XIX reverberaram não somente na alteração da morfologia urbana como também no conjunto toponímico existente até então, ou seja, os nomes que referiam-se aos prédios e monumentos aos poucos foram sendo substituídos por outros marcos e, depois por nomes de personalidades, algumas delas nem sequer fizeram parte da construção e desenvolvimento da cidade. Muitas personalidades que tiveram sua importância para Fortaleza não figuram em placas de ruas ou praças do Centro ou de qualquer outro bairro da cidade levantando um questionamento acerca da relevância de determinados nomes exaltados nos nomes das ruas.

Acontecimentos históricos de cunho internacional que reverberaram na capital também batizam alguns logradouros e muitos deles são chamados por nomes não-oficiais, tais como: Praça General Tibúrcio, conhecida como praça dos leões, pela presença de estátuas de leões vindas da França; Avenida Presidente Castelo Branco, conhecida como Leste-Oeste e tantas outras demonstra a tentativa de ultrapassar uma memória instituída e imposta por autoridades frente a uma leitura da cidade feita pelos próprios habitantes.

Atualmente, do conjunto toponímico que denomina os logradouros do Centro: 70% são de personalidades do Império e da República Velha, sendo a maioria militares e/ou políticos havendo pouca variedade de profissão, mas no chamado centro histórico não há nomes de mulheres, com exceção das exaltações à Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e à Nossa Senhora da Assunção, Padroeira de Fortaleza. As ruas Princesa Isabel e Teresa Cristina fazem parte do bairro Centro e, portanto, não fazem parte do perímetro do centro histórico. Com cerca de oitenta logradouros dentre ruas, avenidas, travessas, vilas e praças, a variação toponímica é mínima se comparada aos primeiros levantamentos demonstrando as mudanças e alterações ao longo dos anos por meio de interesses políticos atrelados a processos econômicos, sociais e culturais.

Os modismos acompanhados de palavras como progresso e modernidade atropelam as memórias e as identidades há muito tempo fincadas nesta terra e são alteradas repentinamente desde os tempos da colônia, como no caso do decreto de um governador ao ordenar a modificação dos nomes das vilas no Ceará para fazerem referência às vilas portuguesas até um intenso processo de substituição de hábitos e costumes locais por referências alheias implantadas num sistema vertical, explicitando as relações

econômicas, políticas e os interesses entre os agentes produtores e modeladores do espaço com o intuito de imprimir sua marca no urbano, seja pelos planos implantados ou pela própria modificação dos nomes em referências a pessoas ligadas à política.

Portanto, os logradouros são retratados e mencionados em livros, obras, canções, são cartões postais conhecidos mundialmente e cada um carrega uma história que perpassa por mudanças e permanências sendo o resultado da própria mudança do espaço urbano e da sua morfologia que foi alterada inúmeras vezes e continua em transformação demonstrando uma dinâmica que direta ou indiretamente influenciará na formação de um conjunto toponímico, neste caso, do Centro de Fortaleza cuja história está encravada nas placas que se espalham por ruas, avenidas e praças.

Referências

- AGIER, M. *Antropologia da cidade: lugares, situações, monumentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.
- ANDRADE, L. A. S. de. *Controle e expansão - códigos e plantas. Fortaleza 1813-1933*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pelotas-RS, 2016. 199p.
- ANDRADE, M. J. F. de S. *Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)*. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2012. 290p.
- ARARIPE, T. de A. *História da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1958 (2ª ed).
- BATISTA, P. de O. *A toponímia cearense no século XIX*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2011. 143 p.
- BORDE, A. de L. P. Avenida Presidente Vargas: narrativas históricas. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, 2016, p. 109-132.
- BRÍGIDO, J. A. *Fortaleza em 1810*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará / Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1979.
- BRUNO, A.; FARIAS, A. de. *Fortaleza: uma breve história*. Fortaleza: INESP, 2011.
- CAMPOS, E. *Fortaleza Provincial: rural e urbana (introdução ao estudo dos códigos de postura de 1835, 1865, 1870 e 1879)*. Fortaleza: Secretaria de Turismo, Cultura e Desporto, 1988.
- CAVALCANTI, D. de B. *La rue de l'habitat populaire et ses formes d'appropriation*. Faculté des Sciences Appliquées - Unité d'Architecture. Louvain-la-Neuve: Université de Louvain, 1993.
- CASTRO, J. L. de. Cartografia cearense no Arquivo Histórico do Exército. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, t. CXI, 1997, p. 7-79.

- CASTRO, J. L. de. Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, t. CXIX, 2005, p. 107-153.
- CORRÊA, R. L. O Espaço Urbano: Notas teóricas-metodológicas. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, n. 21, p. 101-103, 1991.
- COSTA, M. C. L. *Capítulos de Geografia histórica de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2017.
- CUNHA, M. N. R. da. *Praças de Fortaleza*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1990.
- DA MATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DICK, M. V. de P. do A. O sistema toponímico brasileiro. *Revista Língua e Literatura*, São Paulo, v. 5, p. 311-320, 1976.
- DICK, M. V. de P. do A. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.
- DICK, M. V. de P. do A. O Sistema Onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001, p. 79-90.
- DIÈGUES JUNIOR, M. *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.
- DRUMOND, C. *Contribuição do Bororó à Toponímia Brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros (USP), 1965.
- FAGGION, C. M.; MISTURINI, B. Toponímia e memória: nomes e lembranças na cidade. *Linha D'Água (online)*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 141-157, 2014.
- FARIAS, J. A. O Plano Moderno e a morfologia do traçado: Narrativa sobre um Traçado de Xadrez que aprisiona o discurso do projeto social. *Anais do X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (X SHCU)*. Recife, 2008.
- FORTALEZA, P. M. de. *Código de Posturas do Município de Fortaleza*. Decreto nº 70, de 13 de dezembro de 1932.
- GIRÃO, R. *Geografia estética de Fortaleza*. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 1979.
- GOMES, F. C. Direito à memória e à verdade e a alteração de nomes de logradouros públicos que homenageiam representantes da ditadura militar. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca*. Franca, SP, V. 12, n. 1, 2017.
- HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. *Revista GEOgraphia*. Rio de Janeiro: UFF, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.

- LEDROUT, R. *Sociologia Urbana*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1971.
- LEFÈBVRE, H. Perspectivas de Sociologia rural. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica à Sociologia rural*. 1ª ed. 1953. Trad. Cynthia A. Sarti e Solange Padilha. São Paulo: Hucitec, 1981a. p. 13-177.
- LEFÈBVRE, H. *A Revolução Urbana*. Tradução de Sérgio Martins. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- MAIA, D. S. Geografia História Urbana. *Terra Brasilis (Nova Série)*, [Online], 12, 2019.
- NOGUEIRA, J. *Fortaleza Velha: Crônicas*. 2ª ed. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980.
- NOLASCO, C.; FREITAS, R.; BATISTA, T. O planejamento urbano e a consagração da rua. *Revista Eclética*, Rio de Janeiro, n. 24, 2007, p. 47-51.
- PINHEIRO, E. P. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. 2 ed. – Salvador: EDUFBA, 2011.
- PONTE, S. R. *Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social 1860-1930*. 5. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014.
- REGO, R. L.; MENEGUETTI, K. S. A respeito da morfologia urbana. Tópicos básicos para estudos da forma da cidade. *Revista Acta Scientiarum*. Technology. Maringá, PR, v. 33, n. 2, 123-127, 2011.
- SAMPAIO, T. *O Tupi na Geografia Nacional*. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica. 1901.
- SAPIR, E. *Le langage. Introduction à l'étude de la parole*. Traduit de l'anglais par S. M. Guillemain. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 1921.
- SEEMANN, J. Toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará. *Revista Vivência*, São Paulo, n. 29, p. 207-224, 2005.
- SERAINÉ, F. *Linguagem e cultura: Estudos e Ensaio*s. Fortaleza: Secretaria de cultura e desporto, 1984.
- SILVA, G. A. da. *Vou à rua: estudos sobre os logradouros do Centro de Fortaleza através da Geografia e da Toponímia*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - Ceará, 2019.
- SILVA, J. B. da. *Nas trilhas da cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.
- SILVA, J. B. da. A Região Metropolitana de Fortaleza. In: SILVA, José Borzacchiello da. et al. *Ceará: um novo olhar geográfico*. 2. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.
- VINCENT, A. *Que signifient nos noms de lieux?* Bruxelles : Office de Publicité, 1947 (Collection National).

Os autores agradecem o financiamento do projeto ao Programa CAPES / Programa de Excelência Acadêmica Proc. 88887.568989/2020-00: Apoio às estratégias de Cooperação Científica do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFC.

Gleilson Angelo da Silva

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará.

Rua Mirtes Cordeiro, 1098, Casa 21. Bairro: Bom Jardim. CEP: 60.543-466 – Fortaleza - CE – Brasil.

E-mail: angelosilva002@gmail.com.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3823-7110>

José Borzacchiello da Silva

Pós-Doutor em Geografia Humana pela Université de Paris IV – Sorbonne.

Doutor e Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP.

Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia. Campus do Pici – Bloco 911. CEP: 60.455-760 – Fortaleza – CE – Brasil.

E-mail: borzajose@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5546-2737>

Recebido para publicação em abril de 2022.
Aprovado para publicação em novembro de 2022.